Intuição e excesso:
aspectos da noção de fenômeno saturado em Jean-Luc Marion

Intuition and excess:
aspects of the notion of saturated phenomenon in Jean-Luc Marion

DOI: 10.12957/ek.2023.79498

Marcelo Vieira Lopes¹

Universidade Federal de Santa Maria

marcelovieiralopes16@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar em linhas gerais a noção de fenômeno saturado na obra de Jean-Luc Marion. Forneço uma breve história do conceito de intuição, a partir das filosofias de Kant e Husserl, com a intenção de mostrar as origens e a modificação interna do conceito, bem como a crítica desenvolvida por Marion na elaboração do conceito de fenômeno saturado. Ao final, será possível apresentar as limitações da interpretação de Marion, bem como elucidar o papel fenomenológico exercido pela noção de saturação. Para além disso, pretendo extrair as consequências metodológicas relativas a um conceito saturado de intuição e avaliar a noção de subjetividade requerida no tocante à abordagem do fenômeno saturado.

Palavras-chave

Fenomenologia. Fenômeno. Intuição. Saturação.

ABSTRACT

The aim of this paper is to investigate in general lines the concept of saturated phenomenon in the work of Jean-Luc Marion. I provide a brief history of the concept of intuition, starting from the philosophies of Kant and Husserl, with the aim of pointing to the origin and internal modifications of the concept, as well as the critique developed by Marion in the elaboration of the concept of saturated phenomenon. In the end, I will present some of the limitations of Marion's interpretation. I also elucidate the phenomenological role played by the notion of saturation. In addition, I intend to draw out the methodological consequences of a saturated concept of intuition and evaluate the notion of subjectivity that would be required when approaching saturated phenomena.

Keywords

Phenomenology. Phenomenon. Intuition. Saturation.

¹ Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria e bolsista de Pós-doutorado Júnior do CNPq. Atualmente pesquisa temas em Fenomenologia, Filosofia das Emoções e Filosofia da Psiquiatria. Orcid: 0000-0003-3038-735X.

1 J.L. MARION E A FENOMENOLOGIA FRANCESA CONTEMPORÂNEA

A fenomenologia de J.L. Marion insere-se, em linhas gerais, no quadro teórico da fenomenologia francesa do final do séc. XX e início do século XXI. Um dos principais traços desse tipo de fenomenologia encontra-se já na sua caracterização, através do uso de qualificativos que denotam excesso ou exagero, a partir de ideias como fenomenologia no limite, fenomenologia radicalizada, fenomenologia do impossível ou fenomenologia do totalmente Outro, por exemplo (Gschwandtner, 2018, p.1). Neste estágio, a fenomenologia é pensada a partir da chamada *virada teológica*, rompendo com os limites dos fenômenos descritos na fenomenologia clássica.² Este tipo de fenomenologia caracteriza-se pelo interesse por fenômenos que não são cotidianamente apreensíveis, ou ainda, fenômenos tão complexos que rompem com toda a tentativa de apreendê-los em definitivo. Se a fenomenologia surge com Husserl tendo por lema a “volta às coisas mesmas”, este tipo de fenomenologia advogará, portanto, uma radicalização e abertura para fenômenos ainda não-examinados, promovendo uma espécie de ampliação do campo de investigação fenomenológico.

Neste projeto de ampliação do empreendimento fenomenológico, J.L. Marion elabora a noção de fenômeno saturado que se exprime através da ideia de um *excesso* de intuição.³ Marion pretende investigar a partir desta ampliação conceitual alguns fenômenos que nos são dados, embora, certamente, não no modo da mera percepção de objetos. Sustenta-se que embora tais fenômenos possam consistir em experiências excessivas ou extraordinárias, sua experiência é fenomenologicamente atestada e pode, a despeito do caráter excessivo, ser significativamente examinada neste registro teórico. Fenômenos saturados, portanto, *doam* de maneira excessiva, isto é, são mais ricos em intuição do que sua intenção requer.⁴ Tais fenômenos excedem, portanto, os conceitos ou

² Dominique Janicaud sustenta que a virada teológica da fenomenologia tem sua origem em uma questão levantada por Paul Ricoeur em *O si-mesmo como um outro* onde, ao perguntar pela identificação possível entre subjetividade e intersubjetividade, questiona se o sujeito, em sua radicalidade, não poderia ser identificado com Deus (Cf.: Janicaud, 2000, p.23).

³ A noção de fenômeno saturado é desenvolvida por Marion em ao menos três textos principais: *The Saturated Phenomenon* (1996), *Being Given: Toward a Phenomenology of Givenness* (2002a), e *In Excess: Studies of Saturated Phenomena* (2002b). O conceito de saturação, é importante salientar, foi inicialmente introduzido para possibilitar, em filosofia, a descrição de fenômenos especificamente religiosos.

⁴ Janicaud fornece uma nota esclarecendo a tradução do francês "*donation*" que considero importante reproduzir aqui. O termo é usado por Marion de maneira controversa, segundo Janicaud, na tradução do alemão "*Gegebenheit*." A controvérsia consiste na conotação explicitamente teológica do francês "*donation*." Já o inglês "*givenness*," abarca tanto o sentido expresso em francês, quanto em alemão. Em português, o termo “doação” me parece, portanto, o mais adequado para captar o sentido expresso por esse termo (Cf. Janicaud, 2000, pp. 17-8).

horizontes limitantes que um ego constituinte, ao modo da fenomenologia clássica poderia impor sobre sua fenomenalização.⁵ Essa forma de constituição dos fenômenos, sustenta Marion, obscurece o movimento da autodoação que possibilita a fenomenalidade em geral. Os fenômenos entendidos nestes termos podem então ser descritos como *incondicionados* por um horizonte e *irredutíveis* a um ego constituinte. No entanto, para elucidar os termos em que Marion desenvolve sua teoria, é necessário um passo atrás para uma breve consideração de alguns aspectos históricos do conceito de intuição, elemento central no desenvolvimento da noção de saturação.

2 O DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE INTUIÇÃO

Para avaliar a noção de fenômeno saturado em Marion, é necessário um exame prévio das determinações do conceito de intuição, ao menos nas filosofias de Kant e Husserl, autores determinantes para o pensamento de Marion. O conceito de *Intuitio* consolida-se no discurso filosófico a partir da escolástica medieval e possui um escopo bastante amplo. Em Duns Scotus, por exemplo, a intuição é causalmente determinada, sempre relativa a um objeto existente que causa uma percepção direta no sujeito que a recebe. Já em Ockham, intuição é aquilo em virtude do que se pode ou não ter conhecimento da existência, fornecendo o valor de verdade em torno de uma proposição contingente. É notável nesse contexto a ausência de qualquer referência a uma fonte de conhecimento interna ou introspectiva. Já na modernidade, a partir do advento da ciência, o conceito de intuição enquanto percepção direta enfrenta problemas de justificação, entendido como processo complexo que envolve uma série de inferências. A relação daquele que percebe com o percebido já não pode ser pensada como imediata, isto é, intuitiva. O conceito se limita, assim, ao conhecimento direto do mundo interior e dos atos mentais. Conhecimento intuitivo é assimilado ao conhecimento das próprias ideias, como em Locke, em que o conhecimento intuitivo é a percepção do acordo ou desacordo de duas ideias imediatamente comparadas (Hintikka, 2003, p.169).

A noção que chega até Kant é uma versão menos robusta do conceito de intuição e é equivalente à noção de imediatez. Em Kant, nossas representações (*Vorstellungen*) podem relacionar-se com objetos de duas formas distintas: seja indiretamente, por

⁵ Marion descreve ao menos cinco tipos possíveis de fenômenos saturados e então apresenta uma "figura" correspondente a cada tipo. São eles: eventos, pinturas, a carne, o rosto, e a revelação.

características gerais (*Merkmale*), ou diretamente, como objetos particulares. A intuição aparece diretamente ligada à representação de particulares. Intuitividade torna-se assim um atributo de representações, não de ítems ou tipos de conhecimento. Intuições referem a representações singulares em contraposição à conceitos, que referem objetos em sua generalidade. Neste sentido, a intuição não é uma fonte de verdade, mas apenas um meio de representação de particulares. Este é um resultado importante, na medida em que intuições fornecem conhecimento, e mesmo conhecimento sintético *a priori*⁶. O conhecimento que deriva das intuições, neste caso, não é um conhecimento das coisas em si mesmas, mas das formas que impomos a elas. Intuições *a priori*, portanto, produzem conhecimento apenas sobre aparências (Hintikka, 2003, p.172).

Se o significado do conceito de intuição em Kant remete a representações singulares, em Husserl, a intuitividade é apenas um rótulo para um conhecimento imediato de *qualquer* tipo. O papel central das *Anschauungen* no empreendimento fenomenológico de Husserl, portanto, consiste basicamente em remontar o mundo conceitual de volta às fontes da experiência imediata. A partir do expediente metodológico da redução⁷, é possível apontar para a identificação das intuições com aquilo que é imediatamente dado (Hintikka, 2003, p.174). Intuição, enquanto fonte de nossos conceitos é o nome para a forma pela qual as coisas nos são dadas e pode ser entendida como a origem do conhecimento em algum domínio teórico.⁸ Diferentemente de Kant, porém, a intuição para Husserl não diz respeito apenas às aparências. O que é dado na intuição são os componentes da realidade mesma, e não meras impressões desta. Uma intuição é adequada porque ela é a interface entre a consciência e o objeto da consciência (Levinas, 1973, p.xiii). Uma descrição cuidadosa da experiência consciente, informa que o que é dado à consciência não são aparências ou representações da realidade, mas antes, um *aspecto* da realidade. A fonte de intuição em Husserl, portanto, é a

⁶ O fundamento e a origem de todos os conceitos geométricos, por exemplo, estão assentados sobre a intuição do espaço e assim, “[...] as proposições geométricas, como, por exemplo, que num triângulo a soma de dois lados é maior do que o terceiro, não derivam nunca de conceitos gerais de linha e de triângulo, mas da intuição, e de uma intuição *a priori*, com uma certeza apodítica” (Kant, A 25).

⁷ Segundo Crowell (2015) é enganoso falar “da” redução fenomenológica, uma vez que há pelo menos três sentidos distintos contidos nessa noção. A *Epoché* consiste no abandono deliberado de comprometermos teóricos com vistas à descrição do “como” da doação em primeira pessoa; a *redução transcendental*, que visa analisar as leis e estruturas que compõem a correlação sujeito-objeto; e a redução *eidética* que apresenta, através do recurso à variação imaginativa, a separação dos elementos contingentes das estruturas necessárias e invariantes do fenômeno em questão.

⁸ A noção de intuição em Husserl desempenha, portanto, um papel fundacional, na medida em que os juízos imediatamente válidos derivam sua validade de suas intuições originárias (Cf.: Husserl, 2014, p.69).

realidade mesma. Intuir algo é também um *ato* da consciência, uma vez que é dotado do caráter de ato tudo aquilo que acontece em minha consciência. A peculiaridade terminológica, no entanto, não deve induzir a crer em um tipo especial de agência ou de capacidade mental distinta envolvida no processo intuitivo. Procedendo por negação, o conceito de intuição em Husserl não deve ser entendido como uma voz mística, uma capacidade mental especial e tampouco um meio de representação que se pode manipular de modo a obter novos conhecimentos (Hintikka, 2003, p.175). O conceito de intuição refere assim unicamente a um modo de doação dos objetos à consciência.

Husserl fornece ainda um passo adicional com relação a Kant, quando concebe a possibilidade de uma intuição geral, não restrita apenas a particulares. A chamada intuição categorial doa, assim, tipos específicos de objetos ou estados de coisas. O “ver” envolvido no processo de intuição categorial, portanto, é meramente metafórico e aquilo que é “visto” não são *objetos* no sentido literal. Expressa nestes termos está uma atividade *constitutiva* do sujeito no processo intuitivo. Uma das principais funções, senão a principal função da intuição consiste, portanto, em fornecer o preenchimento das intenções postas sobre os objetos e diz respeito essencialmente à forma em que a realidade confirma ou desconfirma nossas expectativas. Este preenchimento, portanto, é algo objetivo que, não obstante, não escolhemos, mas nos é dado na experiência (Hintikka, 2003, p.177). Intuições pertencem assim a diferentes tipos de objetos, sejam eles particulares ou expressos em termos gerais. Este tipo de intuição é uma das notas distintivas da fenomenologia husserliana com relação ao empirismo clássico, na medida em que estruturas conceituais, estados de coisas, etc., são também assumidos como objetos de intuição. Essa concepção sobre a intuição categorial permitirá a Husserl, mais tarde, sugerir que também essências podem ser objetos de experiência imediata.

Pretendo agora avaliar as mudanças operadas no conceito de intuição a partir da introdução da noção de saturação. Será possível assim elucidar as mudanças nesta concepção e avaliar em que medida os fenômenos saturados de intuição possuem um papel fenomenológico relevante.

3 OS FENÔMENOS EXCESSIVOS

A elaboração da noção de saturação só é possível a partir de uma crítica da limitação imposta às condições de fenomenalização derivadas da fenomenologia clássica.

A nota característica dos fenômenos saturados é justamente o excesso de intuição que eles exibem, expostos através de uma espécie de ultrapassamento das condições impostas pela tradição que acabei de apresentar. Neste sentido, sustenta-se que haveria, assim, uma desmedida estrutural nos termos da adequação relativa entre intuição e intenção, tão caros à fenomenologia husserliana. Trata-se de um paradigma, portanto, que pretende reorientar a fenomenologia para além da intuição de meros *objetos* (Marion, 2002, p.31). A ideia subjacente é a de que seria possível fornecer elementos adicionais no tocante à relação entre sujeito e mundo. Esta, quero sugerir, se apresentaria na forma de uma restrição ao idealismo decorrente da fenomenologia husserliana e sua noção de um ego constituinte. A partir da noção de saturação seria possível ainda apontar um traço realista intrínseco a este tipo de fenomenologia, na medida em que a intuição excessiva remete a uma passividade inerente ao sujeito fenomenológico, implicando uma espécie de independência, ainda a ser qualificada, da realidade com relação à mente.

A pressuposição central é de que certos fenômenos excedem em intuição a intenção posta pelo sujeito. Fenômenos saturados de intuição excedem assim os limites que qualquer sujeito constituinte poderia impor sobre eles. No quadro da fenomenologia clássica, por exemplo, os fenômenos aparecem como *objetos*, constituídos a cada vez por um ego transcendental⁹. A tarefa de apontar para a existência de fenômenos saturados consiste, desta forma, em exibir uma certa gama de fenômenos que não estariam sujeitos às condições de um horizonte, e tampouco seriam redutíveis a um eu (Marion, 2002, p.189). A pretensão é de que a ampliação da noção de intuição possa fornecer uma característica da fenomenalidade em geral, não mais restrita a um sujeito ou horizonte limitante. Pode-se dizer, assim, que o conceito de fenômeno saturado extrapola voluntariamente o domínio nos quais operam as tradicionais teorias da intuição desenvolvidas por Kant e Husserl.

No §24 das *Ideias*, Husserl formula o famoso “princípio dos princípios” como condição e limitação de toda a fenomenalidade. A intuição doadora (*Anschauung*) aparece

⁹ É importante aqui qualificar a noção de constituição. De acordo com Zahavi (2015, p.112), esta precisa ser entendida como um processo que permite àquilo que é constituído aparecer, de maneira articulada, como aquilo que é. Afirmar que a subjetividade é condição única da constituição envolveria assim uma concepção não apenas unilateral, como também equivocada. A subjetividade é certamente parte central, mas não a única do processo constitutivo. Neste caso, falar da subjetividade transcendental como uma instância constituinte ou doadora de sentido significa, formalmente, falar de uma estrutura que envolve subjetividade, intersubjetividade e mundo, tal como um quadro, no interior do qual os objetos podem aparecer.

como a fonte de conhecimento por direito próprio, na medida em que oferece o fenômeno em carne e osso (*leibhaftig*), por assim dizer. Esta doação originária fornece a fundação da fenomenalidade e se inscreve como fonte de todo o conhecimento. Este princípio atribui, portanto, prioridade ao fenômeno, como aquilo que determina seu próprio aparecer, sempre, porém, dentro de certos limites (Husserl, 2014, p.69). Esta limitação no cerne da fenomenalidade, veremos, será o ponto nevrálgico da crítica de Marion a Husserl. A alegada incondicionalidade do princípio de todos os princípios não adquire o status absoluto requerido por Marion e fica limitada em ao menos dois aspectos fundamentais.

A primeira limitação diz respeito à noção de horizonte. Em qualquer intuição dada, há sempre um horizonte de co-doações, expressos naquilo que Husserl chamou de um “horizonte de dados concomitantes inautênticos”, evidentes na apresentação de objetos sensíveis, por exemplo (Husserl, 2014, p.104). Para Marion, esta noção de horizonte limita a fenomenalidade, na medida em que refere àquilo que é a cada vez antecipado no fluxo de intuição e está direcionado ao preenchimento da visada intencional da constituição de um objeto. Nesse sentido, a doação assimilada a este processo de preenchimento permanece refém de uma condição externa à doação e aparece, portanto, como limitação ao horizonte da fenomenalidade (Marion, 2002, p.187).

A segunda limitação diz respeito ao papel do ego, uma vez que a intuição é entendida, na fenomenologia husserliana, como sempre relativa a um polo subjetivo constituinte. Toda vivência intencional remete sempre a um horizonte de experiências prévias que constituem o horizonte egóico fundamental, do qual todas as experiências remetem e partem. Caso o alcance da redução fenomenológica fosse efetivamente radical, como sugere Marion (2010), esta asseguraria que mesmo aquelas condições *a priori* da fenomenalização fossem suspensas, incluindo também aí a pretensão sintetizadora do eu (Mackinlay, 2010, p. 63).

Para avaliar o alcance da crítica de Marion à formulação alegadamente limitante presente na fenomenologia de Husserl, se faz necessário antes uma avaliação de alguns aspectos da interpretação de Marion da obra husserliana. A seguir quero apontar algumas das limitações aí presentes, bem como abordar a ampliação significativa da noção de fenômeno derivada de sua interpretação.

4 ALGUMAS LIMITAÇÕES DA INTERPRETAÇÃO DE MARION

Em Husserl a noção de adequação indica, em linhas gerais, o grau em que um ato intuitivo oferece preenchimento a um ato de significação (Zahavi, 2015, p.43). A inserção da noção de adequação serve para descrever o tipo de relação possível entre as duas fontes de cognição, a intenção e a intuição. Há adequação, portanto, quando a intenção é equivalente à intuição, quando a significação é equivalente ao preenchimento, ou quando a *noese* equivale ao *noema* (Mackinlay, 2010, p.64).

Marion endereça duas críticas à noção de adequação. Primeiro, a adequação aparece como ideal e nunca, ou raramente é alcançada. Apenas objetos dados em intuição categorial, como objetos matemáticos, por exemplo, seriam dados adequadamente. Estes, por sua vez são descritos por Marion como fenômenos “pobres” (Marion, 2002, p.192). Em segundo lugar, Marion atribui uma “estranha modéstia” à evidência, na medida em que nunca se procura nada *além* da adequação. Esta é uma crítica qualificada e merece ser mais bem elucidada. A crítica deriva da concepção de finitude da experiência atribuída a Husserl, entendida como uma experiência a cada vez condicionada por um ego e um horizonte (Marion, 2002, p.196–97). Para Husserl, segundo Marion, a intuição ficaria sempre aquém da significação e somente em raros casos se adequaria a esta. A pergunta formulada por Marion diz respeito, assim, à possibilidade de que a intuição, de alguma forma, ultrapasse e exceda a significação, caracterizando o fenômeno daí resultante como saturado de intuição (Mackinlay, 2010, p.65). A consequência de uma resposta afirmativa à esta questão conduz a um passo além na afirmação kantiana de que “pensamentos sem conceitos são vazios, intuições sem conceitos são cegas (Kant, A51/B75). É em virtude do papel intrinsecamente doador da intuição ao pensamento que esta pode fornecer material indiscriminadamente, por assim dizer, ainda que o pensamento não seja capaz de acompanhá-la. Justifica-se, assim, a afirmação de que “[N]o reino do fenômeno, não é o conceito o rei, mas antes, a intuição, que detém sozinha o privilégio da doação (Marion, 2002, p.193).

Uma primeira observação crítica do tratamento de Marion diz respeito à apresentação das noções de intuição e intenção em termos opostos. Embora pareçam conceitos opostos em um primeiro momento é possível, não obstante, encontrar descrições de relações não-oposicionais entre intuição e intenção em Husserl, como no caso da percepção (Mackinlay, 2010, p.67). O caso da percepção é paradigmático porque

a descrição desses atos é feita em termos de atos intencionais de intuição (Husserl, 2001, pp. 206–7). Nesse sentido, não se pode simplesmente opor intuição e intenção de maneira apressada. A intuição é a forma de doação de um objeto a um sujeito. A intenção, por outro lado, é o modo através do qual o sujeito constitui este objeto. A descrição de uma intuição saturada, por outro lado, exige um excedente de intuição que nunca é acompanhado pela intenção posta pelo sujeito. Este excedente intuitivo implica, segundo Marion, uma demanda pela inversão da prioridade do sujeito na relação sujeito-objeto, na qual o ego é sucedido, por assim dizer, por um destinatário receptivo à intuição, sem o poder de constituir os objetos (Marion, 2002, pp. 217-18).¹⁰ Contudo, se a intuição não pode ser oposta de forma simples à intenção, conforme mostrado na teoria husserliana da percepção, a prioridade de uma intuição saturada não parece suficiente para esta inversão advogada por Marion. (Mackinlay, 2010, p. 68).

Caso a exigência de reconsideração sobre a prioridade do sujeito se mantenha, bem como a sucessão do ego por uma receptividade constituída, uma outra observação deve ser levada em consideração. Esta diz respeito à inescapabilidade de um conceito mínimo de subjetividade no interior da teoria fenomenológica. Marlène Zarader (2003) argumenta que para que algo mantenha o estatuto de fenômeno, este algo deve permanecer situado no cerne da experiência. O conceito de experiência, por sua vez, é impensável sem uma noção de subjetividade (Zarader, 2003, p. 114). Ainda que a subjetividade possa sofrer redefinições ela deve permanecer ainda o ponto nevrálgico de um projeto que se intitule fenomenológico. Marion designa o “*adonné*” como uma espécie de operador da redução à doação (Marion, 2002b, p.46), o que garantiria o conceito de subjetividade mínimo sugerido no argumento de Zarader. Parece, no entanto, haver ainda a ameaça de circularidade no argumento. O *adonné*, como tal, é dado a si na própria redução da qual ele mesmo é o operador e o receptor. Segundo Zarader, o *adonné* como a testemunha receptiva da intuição satisfaz aquele aspecto subjetivo mínimo necessário para a experiência. Deve-se, porém, responder ainda à questão a respeito da prioridade de doação incondicionada do fenômeno, da qual o *adonné* é mera testemunha. A pergunta pelo conceito de subjetividade permanece ainda como uma questão sobre

¹⁰ Neste caso a constituição do “eu” pelo fenômeno o leva a uma experiência de si mesmo como “testemunha”. O conceito de testemunha aponta assim para uma subjetividade despojada, por assim dizer, de sua categoria constituinte-transcendental. A síntese desse “eu” se torna passiva, imposta a ele, invertendo completamente o papel da doação de sentido (Marion, 2002, pp. 217).

como a receptividade à doação característica do *adonné* pode ser compatível com o caráter puro e absoluto da doação (Mackinlay, 2010, p. 69).

Uma segunda crítica diz respeito à noção de “penúria” da intuição. Um dos traços marcantes da apresentação da noção de intuição em Husserl, sustenta Marion, é o seu caráter de pobreza e indigência (Marion, 2010, p.49). À luz do tratamento husserliano, porém, essa caracterização pode apresentar-se como injustificada. Na abordagem de Husserl, em vez da intuição é a intenção que deveria ser descrita como penuriosa.¹¹ Nas inúmeras descrições fornecidas por Husserl são as intenções que são vistas como inadequadas, nunca as intuições. A noção de preenchimento dos atos fornece o elemento que dá estofa às intenções dirigidas a objetos (Husserl, 2001, p. 226). Neste caso é a intenção, portanto, que fica aquém da riqueza fornecida pela intuição. Uma análise mais detida da abordagem husserliana da intuição sugere uma maior complexidade do que aquela reconhecida por Marion. Embora os casos paradigmáticos de descrição partam de casos simples de intuição sensorial ou categorial, estes são apenas descrições muito gerais que se articulam entre si na construção de objetos e estados de coisas complexos, nas quais ambas as formas de intuição operam sempre em conjunto.

Esta dificuldade interpretativa enfrentada por Marion conduz à questão sobre a possibilidade de que a intuição ultrapasse o limite de adequação, estabelecido por Husserl (Mackinlay, 2010, p. 71). De acordo com Husserl, não importa o quão excessiva seja uma intuição ela não pode, por definição, ser *mais* do que adequada à intenção correspondente, e isso, pelo simples motivo de que é a intenção que visa aquilo que se doa na experiência. Nesse sentido, a integridade da apresentação de algo, bem como a capacidade de preencher a intenção do ato é dada através do grau pelo qual o objeto é intuitivamente apresentado. Nesses termos, nenhuma apresentação pode fazer mais do que preencher a intenção correspondente. Isto porque o conteúdo intuitivo não pode corresponder a mais do que cem por cento das determinações do objeto intencional do ato. Embora algum objeto existente possa ter outras determinações que não são visadas pelo ato, e que podem vir a ser dadas na intuição, este tipo de excesso não é relevante para o objeto intencional deste mesmo ato (Husserl, 2001, p. 236).¹² A noção de adequação diz respeito, portanto, à

¹¹ São as intenções signitivas, portanto, que são em si mesmas “vazias” e necessitam de preenchimento. Esse preenchimento, por sua vez, só pode advir da intuição (Cf.: Husserl, 2001, p. 233).

¹² Husserl formaliza essa limitação nos seguintes termos: “ $i + S = I$ ”; onde “ i ” está pelos momentos do objeto intencional intuitivamente apresentados, “ s ” pelos momentos apresentados signitivamente e “ I ” pela soma total das determinações do objeto. Embora essas proporções relativas possam variar infinitamente,

relação entre partes intuitivamente preenchidas de um ato intuitivo e a intenção total deste mesmo ato. A noção não representa, portanto, tal como sustenta Marion, um limite arbitrário imposto por Husserl à noção de fenômeno (Mackinlay, 2010, p. 73). Para que o tipo de saturação descrito por Marion seja plausível, deve ser possível a descrição de um tipo distinto de intuição, na qual o fenômeno fosse dado de uma forma distinta e dissociada da qual ele é visado.

Embora vedada de um ponto de vista estritamente terminológico, a crítica de Marion à Husserl parece conter elementos críticos positivos, na medida em que põe à mostra os elementos idealistas da filosofia de Husserl. Esta certamente não é uma crítica incontornável à fenomenologia husserliana. Não obstante, a consideração do tipo de fenômeno que Marion procura considerar certamente impõe algumas dificuldades referentes a uma posição estritamente idealista. Em Husserl, a intuição, intenção ou suas relações, são sempre descritas em termos de conteúdos imanentes à consciência, como duas dimensões dos atos intencionais desempenhados pelo ego. Por outro lado, o conceito de saturação descrito por Marion parece remeter, à contrapelo, a um tipo de doação contrário àquele referido pela intuição husserliana. A intuição descrita por Marion exige, dessa forma, independência completa, advinda de um ponto externo à consciência (Mackinlay, 2010, p. 73). O que quer que seja dado à consciência, ao *adonné*, a partir desta noção excessiva de intuição parece não estar exposto às restrições do objeto intencional descrito por Husserl. Uma colaboração fenomenológica importante de Marion estaria assim no reconhecimento de uma dimensão de saturação intuitiva que simplesmente advém ao recipiente fenomenológico e não é por ele constituída. Essa perspectiva, poderíamos chamá-la externalista sobre o conteúdo da consciência, tem a alegada vantagem de orientar a pesquisa fenomenológica a um tipo de realismo, a partir do qual a consciência só tem acesso ao ser informada pela saturação excessiva apresentada na doação. Analiso agora alguns requisitos e mudanças relativas ao método que essa noção de excesso implica na fenomenologia.

5 REQUISITOS METODOLÓGICOS

Em virtude do excesso de intuição, afirma Marion, alguns fenômenos foram excluídos, ignorados ou mesmo mal compreendidos na história da fenomenologia. A

elas jamais podem somar mais do que 1, e isto porque o objeto, tal como ele é visado, jamais pode ter mais determinações do que ele efetivamente tem (Husserl, 2001, p. 236).

característica destes fenômenos se dá nos termos de uma abundância intuitiva, evadindo-se, assim, de qualquer restrição de predicabilidade, causalidade e categorias objetivas de apreensão (Gschwandtner, 2018, p. 8). O fenômeno saturado não se restringe, portanto, às limitações conceituais impostas pela tradição fenomenológica e é experimentado de um modo totalmente outro com relação aos simples objetos. Eventos históricos são exemplos de intuição saturada. Como tais, estes jamais são apreendidos de imediato e em sua totalidade, escapando a qualquer investigação causal. Da mesma forma, a total imprevisibilidade é uma marca estrutural e seu acontecimento altera radicalmente o mundo historicamente familiar. Um exemplo bastante tangível desse tipo de fenômeno é o evento do atentado de 11 de Setembro, cujo acontecimento fornece todas as características acima descritas (Gschwandtner, 2018, p. 8).

Conforme salientei anteriormente, uma implicação direta do conceito de fenômeno saturado é a eliminação da necessidade de um sujeito constituinte nos âmbitos excessivos. Nesse caso, a subjetividade não mais *constitui* tais fenômenos, mas antes, torna-se entregue, devota ao fenômeno que se apresenta excessivamente. Não obstante a impossibilidade de constituição, tais fenômenos apresentam, segundo Marion, uma justificativa fenomenológica explícita. Na medida em que são prontamente reconhecíveis na experiência e, portanto, passíveis de descrição, não há razão *a priori* para sua exclusão do campo de investigação fenomenológica. O argumento de Marion é construtivo e implica, em certo sentido, uma revisão metodológica interna à fenomenologia. São necessários ajustes no método fenomenológico para que se possa captar a riqueza dos fenômenos saturados (Gschwandtner, 2018, p. 11). Um tal ajuste consiste na proposta de uma redução ainda mais radical. Se em Husserl a redução diz respeito a uma postura metodológica com vistas à emergência da fenomenalidade de certos objetos, em Marion a redução visaria atingir o momento da doação ela mesma. Redução, para Marion, não diz respeito a uma instância objetiva, mas à própria doação. Gschwandtner (2018) apresenta uma metáfora química para pensar a redução proposta por Marion. Tal como substâncias químicas alcançam maior pureza ao serem reduzidas a seus elementos mais fundamentais, também a redução permite ao fenômeno sobressair completamente, a partir de si mesmo (Gschwandtner, 2018, p. 11). Redução e doação se mostram então como equivalentes. Essa equivalência é expressa em forma de mote por Marion: quanto mais redução, mais doação (Marion, 2002, p. 14). Tal qual o processo de purificação química,

o objetivo dessa redução radical seria o de eliminar todo o conteúdo transcendente à doação, separando o visado daquilo que é efetivamente dado, de acordo com seus próprios termos (Marion, 2002b, p. 19).

É o próprio fenômeno saturado, portanto, que determina e fornece, sob este ponto de vista, seu modo de manifestação, independente dos limites impostos por um sujeito e seus conceitos disponíveis. O “recipiente” fenomenológico, por assim dizer, não é mais um ego constituinte, mas sim a própria entrega ao fenômeno, que o fenomenaliza ao recebê-lo, sem controlá-lo através da imposição de parâmetros externos ao fenômeno. Este se manifesta como um impacto, um efeito sobre o recipiente fenomenológico. A noção de “dom” é aqui importante, pois indica que esse tipo de fenômeno é recebido apenas quando não pode ser rastreado de volta a uma causa anterior ou identificado com um doador (Gschwandtner, 2018, p. 12).

CONCLUSÃO

A máxima de uma “volta às coisas mesmas” se radicaliza de maneira surpreendente na obra de Marion. Para este, Husserl instaura uma postura conservadora que distorce, ou mesmo oculta a fenomenalização de um campo relevante da investigação fenomenológica em virtude das limitações do próprio método. A proposta de uma redução à doação, portanto, permite que os fenômenos sejam dados a partir de si mesmos pela ausência de determinações prévias. Neste trabalho, procurei elaborar as consequências de tal assunção metodológica. Ao caracterizar a filosofia de Jean-Luc Marion no quadro geral da fenomenologia francesa contemporânea, apontei para a importância que o conceito de intuição desempenha neste empreendimento. Foi necessário então fornecer alguns apontamentos sobre o desenvolvimento e os traços da mudança estrutural deste conceito na obra de Marion. Ainda que de maneira qualificada, apontando também para as ressalvas interpretativas da filosofia husserliana, a caracterização do fenômeno saturado indicou alguns resultados importantes para o quadro da fenomenologia atual. Dentre eles, a necessidade de uma concepção adequada de subjetividade, entendida em termos de um “recipiente” fenomenológico, a adequação metodológica nos termos de uma redução à doação, e a ruptura com as chamadas limitações conservadoras a respeito do conceito de fenômeno, a partir da noção de dom.

Quero concluir com a formulação de algumas questões que podem vir a qualificar a compreensão geral do tema da saturação na fenomenologia contemporânea. Conforme visto, o fenômeno saturado exige uma transformação na noção de subjetividade, nas limitações impostas aos fenômenos e, também, na ideia de uma constituição de sentido estabelecida entre sujeito e mundo. Sabe-se que estados intencionais como pensamentos, crenças, desejos, etc., são marcados pela propriedade de ser sobre algo no mundo e que essa característica é sempre normativamente estruturada. É essa normatividade intrínseca dos estados intencionais que permite, por exemplo, distinguir entre percepção e alucinação. Para que um estado possa ser descrito como intencional ele deve poder ser avaliado, portanto, a partir de padrões de sucesso ou falha, adequação e, acima de tudo, verdade (Ainbinder & Satne, 2018). São os fenômenos saturados estruturados em termos normativos? Uma vez que a fenomenologia é entendida como a aparição significativa de fenômenos regida por regras de adequação, identificação e distinção, o que resulta de uma concepção de fenômeno carente de regras de aparição? Que tipo de identificação seria possível a partir daí? Qual a relação entre normas e sentido? O fenômeno saturado ultrapassa as condições de sentido? É possível identificar sentido sem apelo à normas? A partir da resposta a estas questões, creio, será possível qualificar o sentido em que os chamados fenômenos saturados aparecem na experiência significativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AINBINDER, B. & SATNE, G. *Normativity with a Human Face: Placing Intentional Norms and Intentional Agents back in Nature* Forthcoming in Marsch, J., McMullin, I. & Burch, M. *Normativity and Meaning: Crowell and the Promise of Phenomenology*, London: Routledge, 2019.

CROWELL, S. *Transcendental Phenomenology and the Seductions of Naturalism: Subjectivity, Consciousness, and Meaning*. Ed. by Dan Zahavi. *The Oxford Handbook of Contemporary Phenomenology*, 2015.

GSCHWANDTNER, Christina. *Turn to Excess: The Development of Phenomenology in Late Twentieth-Century French Thought*. *The Oxford Handbook of the History of Phenomenology*. Edited by Dan Zahavi. Oxford, 2018.

HUSSERL, E. *Ideias para uma Fenomenologia Pura e para uma Filosofia Fenomenológica*. Ideias e Letras, 2014.

_____. *Logical Investigations*, Edited by Dermot Moran. Translated by J. N. Findlay. *International Library of Philosophy*. London: Routledge, 2001.

JANICAUD, D., Et.al. *Phenomenology and the "Theological Turn"*, Fordham University Press, New York, 2000.

- KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.
- LEVINAS, E. *The Theory of Intuition in Husserl's Phenomenology*. Northwestern University Press, Illinois, 1995.
- MACKINLAY, S. *Interpreting excess: Jean-Luc Marion, Saturated Phenomena, and Hermeneutics*. Fordham University Press, 2010.
- MARION, J.-L. The Saturated Phenomenon. *Philosophy Today* 40 (1):103-124, 1996.
- MARION, J.-L. *Being Given: Toward a Phenomenology of Givenness*, translated by J. L. Kosky. Stanford, CA: Stanford University Press, 2002a.
- _____. *In Excess: Studies of Saturated Phenomena*, translated by R. Horner and V. Berraud. New York: Fordham University Press, 2002b.
- _____. *O Visível e o Revelado*, Edições Loyola, 2010.
- ZAHAVI, D. *A Fenomenologia de Husserl* Tradução de Marco Antônio Casanova. Editora Via Verita, 2015.
- ZARADER, Marlène. Phenomenality and Transcendence. In *Transcendence in Philosophy and Religion*, edited by James E. Faulconer, 106–19. Bloomington: Indiana University Press, 2003.
-

Recebido em: 11/10/2023 | Aprovado em: 23/12/2023